

1. Introdução

Toda sociedade se manifesta por meio de diversos espelhos e inúmeros códigos sociais. Um dos mais significativos, no caso brasileiro, é, indubitavelmente, o código das “relações raciais”. Este código está embasado na mistura das três raças (o europeu, o negro e o índio) que transformou o Brasil em país mestiço e mulato (DaMatta, 2000b).

O longo período escravocrata brasileiro – que durou até as vésperas da proclamação da República – deixou marcas culturais e morais profundas na base das relações raciais brasileiras. O Brasil escravagista, todavia, não deve ser visto como algo peculiar, único na história da humanidade. Pelo contrário, a escravidão no Brasil foi uma experiência que refaz, com suas singularidades, um sistema de dominação humana que vem de tempos quase imemoriáveis, como prova, entre outros documentos, a antiguidade bíblica. Como salienta David Brion Davis (2003), autor de um livro fundamental para compreender a escravidão no mundo Ocidental, a instituição escravocrata não pode ser vista como algo peculiar, mas, sim, como um sistema que fez parte de alguns sistemas sociais e foi legitimada pelas leis em boa parte das sociedades conhecidas, como a grega e a romana.

O leitor pode perguntar-se o motivo de começar o presente trabalho pela análise sociológica e histórica da escravidão desde a antiguidade. A principal justificativa para essa *démarche* reside no fato de o regime escravocrata brasileiro ter reproduzido muitos traços e características comuns a regimes de sociedades arcaicas ou tradicionais, sobretudo a hierarquia. Assim, pretende-se, neste trabalho, olhar o passado com o olhar do passado e não com a visão do presente.

Muitos defendem a indenização aos descendentes de escravos para ressarcir os danos morais e materiais que sofreram. Por isso, apontam a instituição escravocrata brasileira como algo único, hediondo, e que deve ser lembrada como a subjugação exclusiva do negro. O desafio está em compreender que, como se mostrará, a chave para o entendimento da escravidão ao longo da História é a hierarquia social e não meramente a cor e a origem das pessoas. Foi uma ética da hierarquia que possibilitou a justificativa da escravidão como instituição social legítima por milênios, respaldada, inclusive, na Bíblia.

Ao se utilizar a hierarquia para o entendimento da escravidão ao longo da História, mormente no Brasil, analisar-se-á, no capítulo II, o cenário racial e cultural brasileiro durante a escravidão, evidenciando-se o valor da hierarquia social nas relações raciais no país. No capítulo III, discutir-se-á a principal singularidade do Brasil escravagista, a miscigenação e o mulato como “*escape hatch*”, válvula de escape. Ver-se-á a possibilidade de ascensão dos indivíduos mestiços como traço característico brasileiro.

Para se ter compreensão mais profunda e original das relações raciais que existem no Brasil, convém utilizar o passado como decifrador dos códigos presentes. Sendo assim, clarificar-se-á que a análise do regime escravocrata transcende a questão fisiológica de raça, a concepção biológica de raça (DaMatta, 2000b). As teorias raciais que inferiorizavam negros, índios, amarelos e judeus tinham seu cerne na hierarquia social, na tentativa de manter um grupo no topo da pirâmide social e, mais que isso, manter esses grupos em relação sistemática e fixa entre si. Cabe ressaltar que a hierarquia social é oposta à competição - característica inerente das sociedades igualitárias. No caso da sociedade brasileira, fortemente hierarquizada, a mestiçagem serviu para dissolver, ou melhor, aproximar as camadas sociais, mantendo diferenciações originais que são de grau e não de qualidade.

A importância do cenário brasileiro configura-se no elemento mulato como válvula de escape (Degler, 1971), como meio de evitar o choque entre brancos e negros, como suavizante das relações raciais brasileiras. Por causa do mulato, muitos estudiosos acreditaram por décadas que no Brasil não havia racismo. Na verdade, os visitantes e os estudiosos no Brasil impressionavam-se com a capacidade brasileira de lidar com ambigüidades, em contraste com sociedades que tinham definição rígida de grupos sociais, como a romana e a norte-americana. A singularidade brasileira reside na valorização do mestiço, do intermediário que ganha peso e espaço no sistema brasileiro. Para os europeus e americanos, por exemplo, o sistema é completamente diferente, imperando sistema binário de relações raciais, tipo preto no branco, isso ou aquilo.

A sociedade patriarcalista e patrimonialista não constituiu sistema social totalmente hierarquizado, no qual a posição de negros, índios e brancos estava tragicamente ligada à hierarquia das raças. Em uma sociedade onde não havia, como ainda não há, igualdade entre as pessoas, o preconceito velado figurava-se o

meio mais eficiente de discriminar, de manter “cada macaco no seu galho”, de hierarquizar.

De fato, não foram criadas leis discriminatórias, pois a cultura e o poder do branco impunham a supremacia dos europeus, com a peculiaridade da existência de indivíduos de gradações intermediárias que ascendiam socialmente, seja pelo estudo, seja pelo dinheiro. Ao refletir sobre a hegemonia, Antonio Gramsci advertiu que a homogeneidade da consciência própria e a desagregação do inimigo se realizam precisamente no terreno da batalha cultural (Gruppi, 2000). Segundo alguns, o europeu no Brasil impunha sua cultura, legitimando a prevalência de seus interesses, bem como os islâmicos, por exemplo, também o faziam. Concorda-se aqui, todavia, com Gilberto Freyre (2002) quando este asseve que o europeu não impôs simplesmente a sua cultura ao negro e ao índio. Pelo contrário, havia nítida troca cultural entre europeus, índios e negros, como se exemplificará em momento oportuno.

A instituição escravocrata no Brasil, guardada as devidas proporções e nuances, deve ser analisada como repetição particularizada da história, herança de instituições de outrora, de outros povos, de outras regiões. Por isso, o valor de se estudar a hierarquia e o regime escravista brasileiro, comparando-o com os de outros tempos.

No caso brasileiro, historiadores e cientistas sociais tenderam a relegar a dialética existente entre individualismo e hierarquia. A suposta sociedade igualitária que surgiu com a República, resumida na frase constitucional “todos somos iguais perante a lei”, tentou nivelar os indivíduos hierarquicamente díspares, trazendo grandes conseqüências para a sociedade brasileira. A partir de então, o racismo ganhou força como perversão da hierarquia, para utilizarmos as idéias de Myrdal (1972) e Dumont (1997). Os grupos antes superiores na escala social pautaram-se pelo preconceito de cor para manter a posição social que tinham durante a escravidão, visto que a abolição e o igualitarismo ofereciam oportunidades para os escravos de outrora.

Como nivelar hierarquicamente os diferentes em uma sociedade teoricamente igualitária? Somente pela lei é inviável, haja vista que a lei muitas vezes não se coaduna com a realidade social. Por isso, no Brasil, para disfarçar a hierarquia e as desigualdades sociais, a ambigüidade passou a ser vista como valor. Assim, o valor da ambigüidade, consubstanciado na fórmula “desiguais,

mas juntos”, manifestou-se na impressão de que não há racismo no país. Deve-se chamar atenção, contudo, que, mesmo na escravidão, a sociedade não estava bisseccionada em dualismo exclusivo e rígido. A dicotomia rígida “senhor x escravo” não representava nitidamente a realidade brasileira. Esta estava marcada, como até hoje está, por “um sistema de relações pessoais gradativo e inclusivo que permitia estabelecer diferenciações dentro de todas as camadas” (DaMatta, 1997, p. 100). Havia o escravo do eito e o escravo da casa, o bom patrão e o mau patrão, em “conduta que desconhecia a ‘consideração’, a ‘simpatia’ e todos os valores que orientam a vertente hierarquizante da sociedade” (DaMatta, 1997, p. 100-101).

Em sistema assim instaurado, mesmo com linha jurídica rígida, a dimensão fundada nas relações pessoais atuava com muito poder, permitindo personalizar e dividir internamente os dois segmentos (senhor x escravo) separados pelas leis e pelos sistemas de idéias (DaMatta, 1997). No Brasil, a superestrutura ideológica e jurídica sofre influência da infra-estrutura formada pela teia de relações pessoais imperativas, inserindo o elo entre simpatias pessoais e formulações jurídicas universalizadoras. “Daí o ‘jeito’, o ‘sabe com quem está falando?’ e, evidentemente, o favor e a consideração” (DaMatta, 1997, p. 101). As relações sociais, um sistema de simpatias e de relações construídas pela proximidade física, já na escravidão, eram reconhecidas em nível moral e social, permitindo a criação de categorias intermediárias que têm valor, ou seja, peso e capacidade de determinação social (DaMatta, 1997). Assim, o sistema social brasileiro forjou intensa capacidade de relacionar instituições que o Ocidente anglo-saxão separou.

Com a abolição e a proclamação da República, a oposição casa/rua e casa/trabalho perpetuou o sistema gradativo de relacionamento social. Agora, porém, a igualdade mascara a hierarquia herdada dos tempos escravocratas, interpondo posições polares onde todos deveriam ser iguais. A razão dualista da escravidão foi absorvida pela razão prática do individualismo igualitário. Como afirma Roberto Schwarz (1992), o liberalismo individualista passou a conviver com o paternalismo e o patrimonialismo brasileiros, explicitando a fórmula “as idéias estão fora do lugar”.

Em sociedade como a brasileira, onde a hierarquia impera, a miscigenação e o branqueamento da população foram vistos como solução para o desenvolvimento nacional baseado na cor. O embranquecimento da população

permitiria que o preconceito de cor diminuísse, o que proporcionaria melhor inserção do igualitarismo liberal. Desse modo, a miscigenação, herança do período escravocrata, possibilitaria que o embranquecimento da população levasse a maior nivelamento hierárquico dos brasileiros. O problema é que a cor é apenas um dos elementos que influem na hierarquia social. Outros como influência social e dinheiro corroboram a idéia de que a herança da hierarquia persistiria velada na sociedade igualitária nacional.